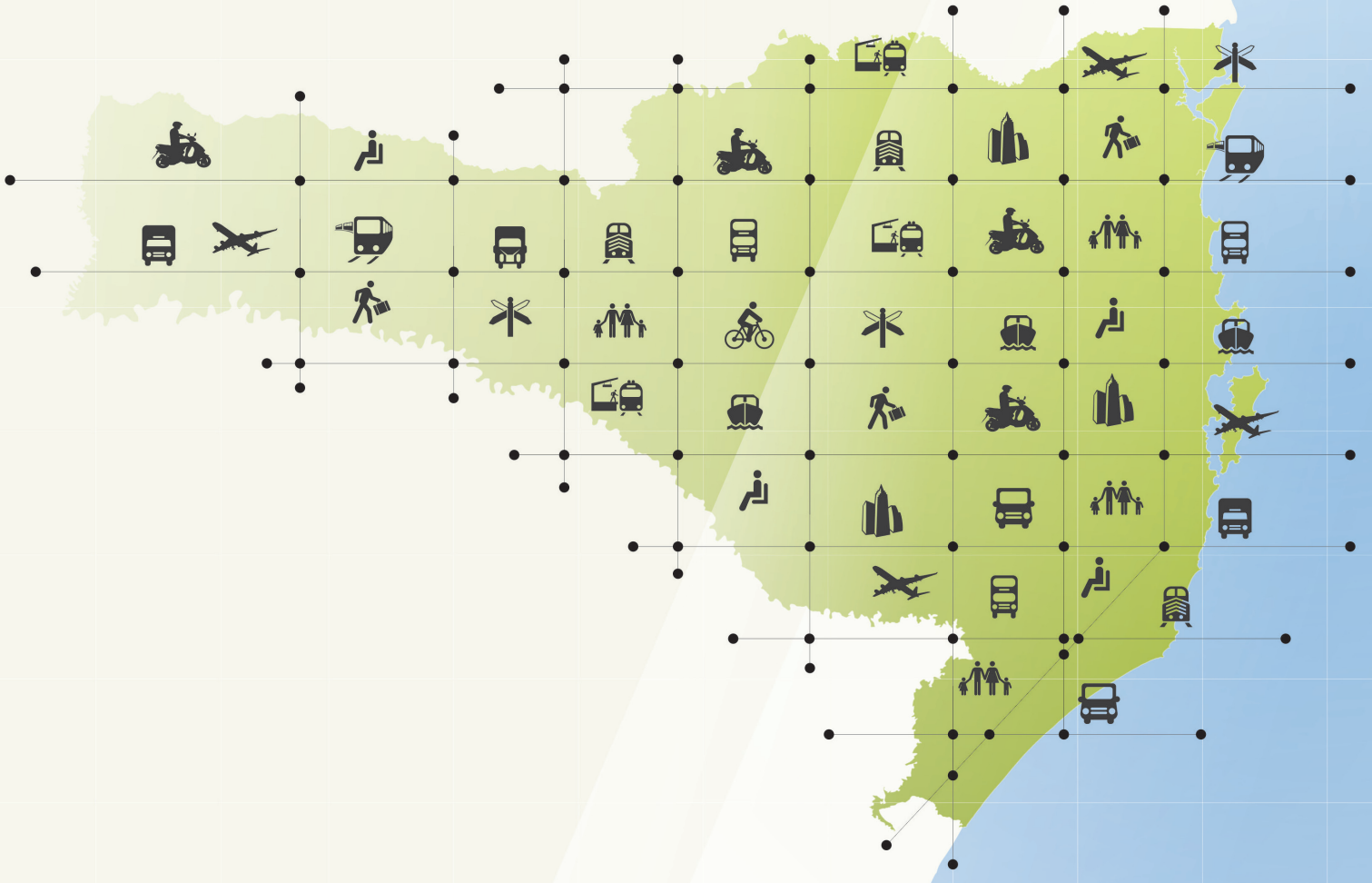


Resultado da Pesquisa

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



PLANO
MOBILIDADESC

PROJETO PPP

Parcerias Público Privadas

POTENCIAL DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS – PPP EM SANTA CATARINA



FIESC

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Glauco José Côrte – Presidente

Câmara para Assuntos de Transporte e Logística
Mario Cezar de Aguiar - Presidente

Diretoria de Relações Industriais – DRI
Carlos Henrique Ramos Fonseca - Diretor

Execução
KPMG
Charles Schramm - Sócio

Supervisão Técnica
Egídio Antônio Martorano

Equipe Técnica
Egídio Antônio Martorano
Samuel Becker

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é uma iniciativa da FIESC, no âmbito da Câmara de Transporte e Logística e do Plano: Mobilidade SC, com a parceria da empresa KPMG Auditores Independentes, e apoio institucional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC e da SC Parcerias – SCPAR, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre o potencial de implantação de Parcerias Público Privadas em Santa Catarina.

O formulário foi dirigido para os principais Municípios Catarinenses, com a adesão de 57 respondentes. Cabe mencionar que durante o ano de 2014, a FIESC realizou seminários regionais nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Lages apresentando conceitos e experiências no Brasil e no mundo da Parceria Público Privada, quando foram mobilizadas lideranças empresarias e as Prefeituras do entorno dos referidos Municípios.

Apesar de o foco inicial ter sido dirigido para a questão da precariedade da nossa infraestrutura de transporte, foram também inseridas no formulário alternativas relacionadas com saneamento e educação, dentre outras. Destacamos que os dados consolidados apresentaram demanda significativa nestas áreas, o que não só subsidia como reforça as iniciativas da FIESC relacionadas com estes temas.

A infraestrutura é um componente fundamental para a manutenção da competitividade do País e um dos grandes desafios no setor são os investimentos. Os governos, tanto na esfera Estadual quanto Federal enfrentam dificuldades em realizar os aportes financeiros necessários para atender a agenda na área, o que reforça a necessidade de se procurar mecanismos que possibilitem a participação privada.

Nesse contexto esperamos que o presente diagnóstico, assim como os seminários regionais realizados possa contribuir para que as Parcerias Público Privadas sejam consideradas alternativas concretas para o cumprimento da extensa agenda de infraestrutura do Estado de Santa Catarina.

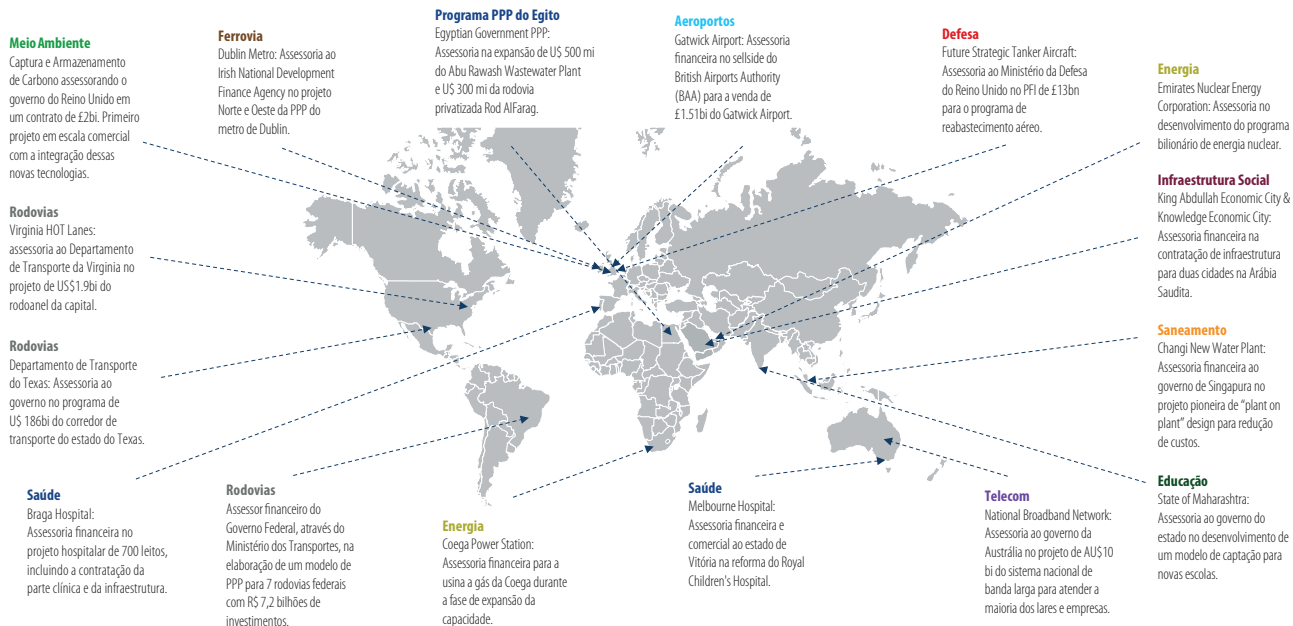


A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Glaucio Côrte'.

Glaucio José Côrte
Presidente da FIESC

KPMG NO MUNDO

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory presente em 155 países com 162.000 profissionais atuando.



A Atuação Global da KPMG KPMG no Brasil

A KPMG no Brasil é formada por, aproximadamente, 4.000 profissionais, atuando em 22 cidades localizadas em 13 Estados e no Distrito Federal.

AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

As Parcerias Público-Privadas referem-se ao ajuste celebrado entre a Administração Pública e entes privados, contemplando a implantação, expansão, melhoria ou gestão, no todo ou em parte, e sob o controle e fiscalização do Poder Público, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público, em que haja investimento pelo parceiro privado. Nas PPPs, o parceiro privado também será responsável pelo financiamento e pela execução do projeto.

As PPPs surgiram num cenário em que a disponibilidade de recursos públicos para investimentos em infraestrutura era restrita e insuficiente para atender toda a demanda existente. O que segue sendo verdadeiro, pois a busca por alternativas que viabilizem a realização de projetos de infraestrutura no curto prazo continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelo setor público brasileiro.

A Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) trouxe um avanço neste sentido, ao permitir a participação direta do setor privado na prestação de serviços públicos. Entretanto, tal legislação restou-se limitada, uma vez que restringe a participação financeira do setor público no serviço concedido, isto é, a Lei não permite que haja contrapartidas do Estado para complementar e/ ou viabilizar uma concessão.

Sendo assim, num cenário de demanda crescente por investimentos e escassez de recursos públicos, combinada à limitação da participação privada na prestação de serviços públicos é que surge a opção das Parcerias Público-Privadas - PPP. Esse novo conceito de concessão de serviços públicos, aplicado com grande sucesso na Europa desde o início da década de 90, conhecido como o Programa de Incentivo ao Investimento Privado no Setor Público – Private Finance Initiative (PFI), se apresenta como uma opção para a realização dos investimentos em infraestrutura. Em 2004, surge essa modalidade no Brasil, regida pela Lei 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público Privadas).

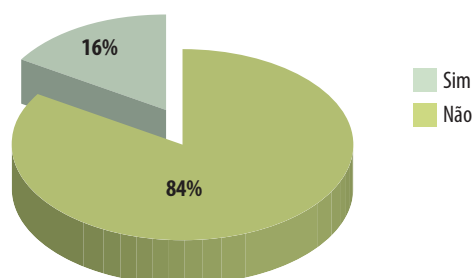
1) Algumas das inovações trazidas pelas PPPs são:

- Gerenciamento de riscos - Alocação dos riscos do projeto entre os setores público e privado, considerando a capacidade de mitigação de cada risco entre os entes;
- O ente público define o serviço desejado e o ente privado decide como fornecer esse serviço, ficando responsável pela elaboração do projeto que considere o mais adequado;
- Remuneração do privado atrelada à qualidade do serviço (Quadro de Indicadores de Desempenho - QID) - indicadores de desempenho que buscam alinhar os interesses do Governo e do ente privado e servem para controlar a qualidade dos serviços prestados;
- Possibilita a captura de sinergias entre projeto, construção e operação;
- Prevê pagamento de contrapartidas do setor público ao setor privado para viabilizar os projetos

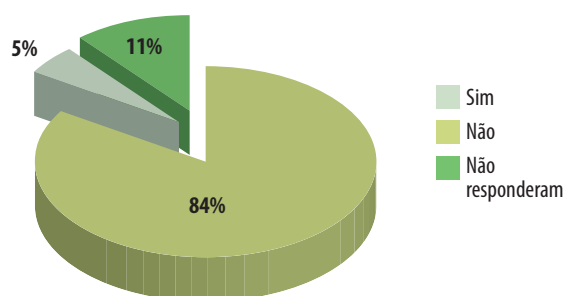
RESULTADOS DA PESQUISA

PPP - Uma Alternativa para Investimentos na Infraestrutura Catarinense

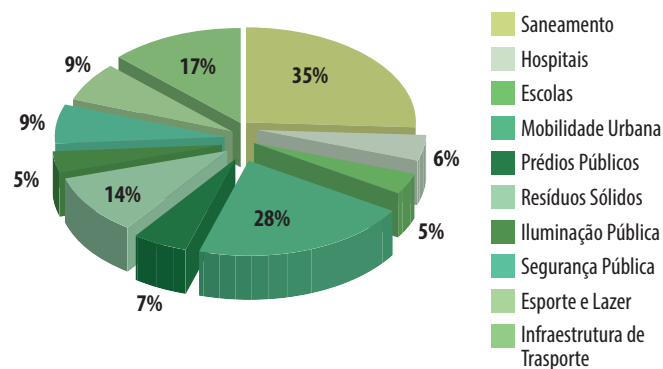
Responderam ao formulário 57 Municípios: Blumenau, Tubarão, Lages, Criciúma, Balneário Arroio do Silva, Benedito Novo, Brusque, Jaraguá do Sul, Pomerode, Garopaba, Santa Rosa do Sul, Tijucas, Pedras Grandes, Peritiba, Curitibaanos, Siderópolis, São João do Itaperiú, Paulo Lopes, Itaiópolis, Guaraciaba, Ermo, Itajaí, Frei Rogério, Agrolândia, Passos Maia, Guaramirim, Ipumirim, Pomerode Urussanga, Lontras, Massaranduba, Schoreder, Chapecó, Botuverá, Morro Grande, Irani, Angelina, Modelo, Videira, Monte Carlo, Serra Alta, Ituporanga, Sangão, Cocal do Sul, Lebon Régis, Arabutã, Bombinhas, Itapema, Urussanga, Palmasola, Ponte Alta do Norte, Porto Belo, Irinópolis, Ibirama, Coronel Martins, Passos Maia e Entre Rios.



1 - O Município possui Plano de Desenvolvimento Estratégico de Longo Prazo?		
Opção	Ocorrência	
Sim	16%	9
Não	84%	48

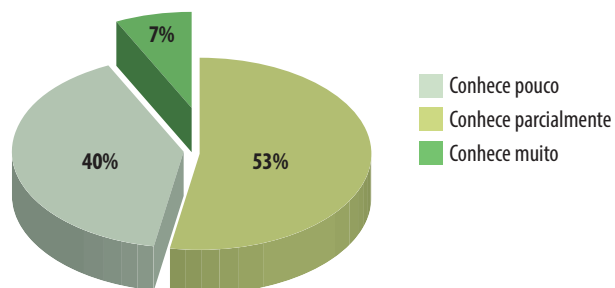


2 - Caso não possua, a Gestão Municipal estaria disposta a construir um?		
Opção	Ocorrência	
Sim	84%	48
Não	5%	3
Não responderam	11%	6



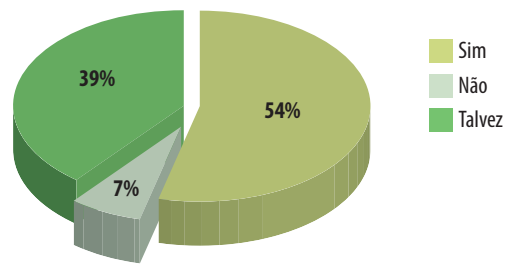
3 - Selecione abaixo três alternativas indicando os setores que necessitam de investimentos ou planejamento em seu município

Opção	Ocorrência	
Saneamento	35%	49
Hospitais	6%	8
Escolas	5%	7
Mobilidade Urbana	28%	39
Prédios Públicos	7%	10
Resíduos sólidos	14%	20
Iluminação Pública	5%	7
Segurança Pública	9%	12
Esporte e Lazer	9%	13
Infraestrutura de Transporte	17%	24



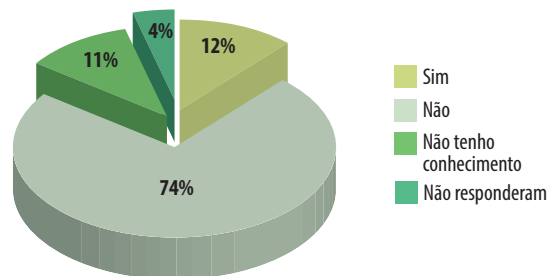
4 - Como você classifica seu conhecimento sobre as Parcerias Público Privadas (PPP)?

Opção	Ocorrência	
Conhece muito	7%	4
Conhece parcialmente	53%	30
Conhece pouco	40%	23



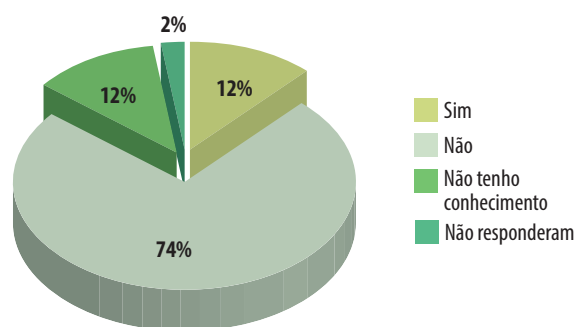
5 - Está considerando as Parcerias Público Privadas (PPP's) como uma ferramenta para acelerar os investimentos nos setores assinalados no item 3?

Opção	Ocorrência	
Sim	54%	31
Não	7%	4
Talvez	39%	22



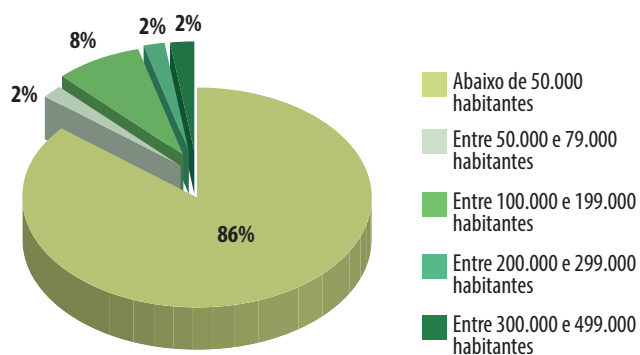
6 - O seu Município possui algum projeto de Parceria Pública Privada?

Opção	Ocorrência	
Sim	12%	7
Não	74%	42
Não tenho conhecimento	12%	7
Não responderam	2%	1



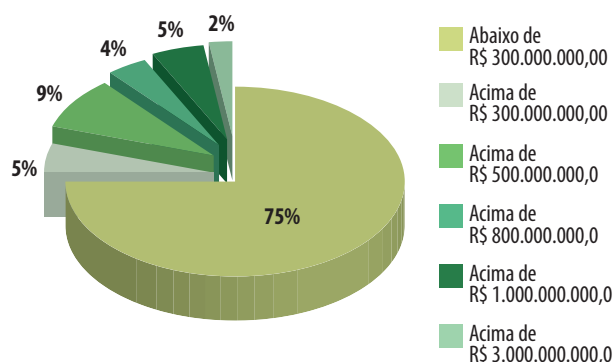
7 - O seu Município possui uma lei de Parcerias Público Privadas (PPP's)?

Opção	Ocorrência	
Sim	12%	7
Não	72%	41
Não tenho conhecimento	14%	8
Não responderam	2%	1



8 - Sobre a População do seu Município, qual das alternativas melhor se enquadra?

Opção	Ocorrência	
Abaixo de 50.000 habitantes	86%	48
Entre 50.000 e 79.000 habitantes	2%	1
Entre 80.000 e 99.000 habitantes	0%	0
Entre 100.000 e 199.000 habitantes	8%	6
Entre 200.000 e 299.000 habitantes	2%	1
Entre 300.000 e 499.000 habitantes	2%	1
Acima de 500.000 habitantes	0%	0



9 - Sobre a a Receita Líquida do seu Município, qual das alternativas melhor se enquadra?

Opção	Ocorrência	
Abaixo de R\$ 300.000.000,00	75%	43
Acima de R\$ 300.000.000,00	5%	3
Acima de R\$ 500.000.000,00	9%	5
Acima de R\$ 800.000.000,00	4%	2
Acima de R\$ 1.000.000.000,00	5%	3
Acima de R\$ 2.000.000.000,00	0%	0
Acima de R\$ 3.000.000.000,00	2%	1

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A existência de um plano de desenvolvimento estratégico com visão de longo prazo é o primeiro passo para a implantação de um sólido Programa de Parceria Público Privada. No entanto, dos 57 Municípios respondentes, apenas 16% afirmaram realizar planejamento de longo prazo. Por outro lado, um bom indicativo é que dos municípios que afirmam não ter um plano de desenvolvimento, 84% manifestaram a disposição para desenvolver uma política pública neste sentido.

Segundo os respondentes, **que puderam optar por mais de uma alternativa**, os principais setores que norteariam e impulsionariam a construção de um Plano Estratégico Municipal seriam: saneamento (35%), Mobilidade Urbana (28%), infraestrutura de transporte (17%), resíduos sólidos (14%). Outros setores mencionados foram Segurança Pública (9%), Prédios públicos (7%), Saúde (6%), Educação (5%), Esporte e Lazer (9%) e iluminação pública (5%).

Importante salientar que 54% dos Municípios que participaram da pesquisa indicam que a melhor forma de instrumentalizar os projetos contidos em um planejamento estratégico seria por intermédio das Parcerias Público Privadas.

Apesar disso, grande parte deles (93%) conhece pouco ou não possui conhecimento ou experiência na área.

Os resultados indicam o grande potencial que o Estado possui para projetos de Parcerias Público Privadas na área de infraestrutura. Fica evidenciado, porém o desconhecimento sobre o real significado dessa alternativa, por parte da maioria dos gestores municipais pesquisados.

No contexto cabe considerar o indicativo de que há necessidade de prover a capacitação dos gestores públicos, e suas equipes a respeito do tema abordado, esclarecendo os respectivos conceitos e sua aplicabilidade.

Por fim, fica evidente a necessidade dos Municípios Catarinenses realizarem um planejamento criterioso das suas demandas em infraestrutura para o curto, médio e longo prazo, considerando a parceria com investidores privados locais.

